

**caderno de  
educação**

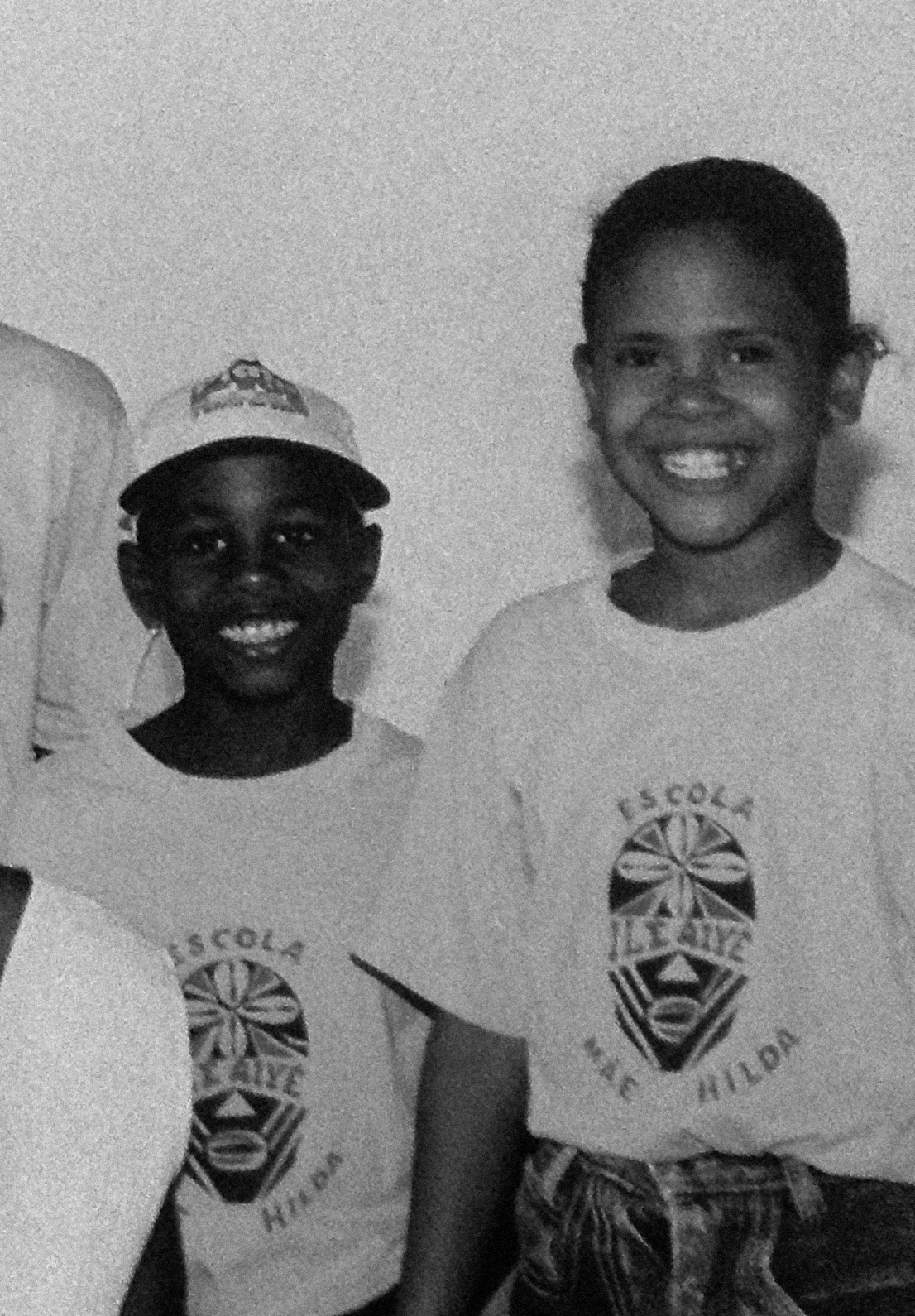
**ilê aiyê** 1995—2013  
**projeto de extensão pedagógica**

**10**

**malês  
a revolução**







ESCOLA  
ALE AYE  
HILDA

ESCOLA  
ALE AYE  
HILDA

É com imensa satisfação e orgulho que apresentamos esta edição comemorativa que reúne todos os Cadernos de Educação publicados pelo Ilê Aiyê. Esta coleção simboliza a centralidade do projeto de educação, reparação histórica e afirmação das dimensões afro-brasileiras.

A parceria com a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação reforça a importância histórica e a relevância política, artística e cultural dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê. Essa iniciativa se alinha a uma prática de extensão que enxerga a educação como um processo de transformação social, promovendo a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira.

Assim como o Ilê Aiyê, que, a partir do Carnaval Negro e da potência criativa de J. Cunha, ressignificou a maior festa popular da Bahia, os Cadernos de Educação buscam conectar a educação às raízes culturais e históricas do povo negro. A Associação Cultural Ilê Aiyê, desde sua fundação há 50 anos, surgiu da luta por repre-

## prefácio

sentatividade e pela valorização da cultura afro-brasileira. Com sua atuação no bairro da Liberdade, o Ilê Aiyê transformou seu espaço em um território de resistência e educação, criando a escola comunitária Mãe Hilda e a Band'Erê, com seu modelo pedagógico inovador baseado na cultura e na História do povo negro no Brasil.

O Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, criado em 1995, expandiu essas ações para outras escolas da comunidade, capacitando professores e educadores a abordar a História e a cultura afro-brasileira em sala de aula. Esse projeto, assim como os Cadernos de Educação, promove o desenvolvimento de uma consciência de pluralidade cultural, combatendo o racismo e reforçando a importância da ancestralidade e da identidade negra.

O compromisso da UFRB com esse projeto reflete sua missão de promover a inclusão e a valorização das culturas de matrizes africanas, colaborando com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Que esta edição comemorativa dos Cadernos de Educação do Ilê Aiyê inspire educadores, estudantes e toda a comunidade acadêmica a continuar a luta por um mundo melhor e sem racismo, celebrando a riqueza e a diversidade das culturas afro-brasileiras.

**prof. danillo barata**  
**pró-reitor de extensão e cultura da ufrb**

1995—2013

caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica

# MÃE HILDA JITOLU: GUARDIÃ DA FÉ E DA TRADIÇÃO AFRICANA

**Maria de Lourdes Siqueira**

**ensaio**

## **Introdução**

Mãe Hilda Jitolu, nascida Hilda Dias dos Santos Jitolu, foi uma figura central na preservação e disseminação da fé e da tradição africana no Brasil. Como iyalorixá, sua liderança e sabedoria transcenderam gerações, influenciando não apenas sua família, mas também comunidades inteiras através de sua dedicação ao candomblé. Sua vida e obra refletem a resistência e a riqueza cultural da diáspora africana, consolidando-se como um pilar fundamental para a manutenção das tradições afro-brasileiras.

## **Primeiros anos e formação espiritual**

Mãe Hilda cresceu em um ambiente profundamente enraizado nas tradições africanas. Desde cedo, ela testemunhou a fé e a generosidade de sua mãe, que sempre abriu as portas de sua casa para ajudar os necessitados. Essas experiências formaram a base do que seria sua vida dedicada ao serviço comunitário e à preservação das tradições religiosas africanas. Em suas palavras: “Meus filhos cresceram vendo que eu tenho fé. Minha casa sempre foi frequentada pelo que considero herança de minha mãe” (Siqueira, 1996, p. 3).

Ela foi iniciada no candomblé pelo Babalorixá Cassiano Manoel de Lima e continuou suas obrigações sob a orientação de Iyalorixá Constância da Rocha Pires, conhecida como Mãe Tança, no Terreiro Cacunda de Iaiá. Mãe Tança,

**O CANDOMBLÉ  
SEMPRE FOI CASA  
DE ENSINAMENTOS E  
ESTA FUNÇÃO AGORA  
PROSSEGUE COM AS  
NOSSAS DIVERSAS  
ESCOLAS**

descrita como uma mulher bondosa e generosa, passou seus conhecimentos e direitos religiosos para Mãe Hilda, permitindo que ela continuasse a tradição. Nas palavras de Mãe Hilda, “Mãe Tança era uma pessoa muito bondosa. Gostava de passar ‘as coisas’ para as pessoas, ela não era dessas que segurava, ela passava se a pessoa tinha direito. Mãe Tança tinha esse direito” (Siqueira, 1996, p. 5).

### **Criação do ilê axé jitolu**

Em 1952, Mãe Hilda fundou o Terreiro Ilê Axé Jitolu, um marco na história do candomblé e da comunidade afro-brasileira. O terreiro, nascido de sua fé em Obaluayê, tornou-se um centro de resistência cultural e espiritual, celebrando festivais e rituais que atraíam pessoas de diversas origens e reforçavam a identidade afro-brasileira. “Eu tive de lutar para juntar dinheiro para fazer o Terreiro, fazer a casa. Assim nasceu o Ilê Axé Jitolu. Aí se considera nascimento. Nasceu um terreiro dia seis de agosto de 1952” (Siqueira, 1996, p. 7).

O Terreiro Ilê Axé Jitolu rapidamente se tornou um espaço de referência, não apenas para a prática religiosa, mas também para a promoção de atividades culturais e sociais. As festas e cerimônias organizadas no terreiro atraíam centenas de pessoas, contribuindo para a manutenção e fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira. “Começamos com a festa de Obaluayê no dia 16 de agosto. No mês de setembro, prosseguimos com a festa do Caboclo Tupiassu. A gente celebra com muita garra, com muita animação, tudo a que ele tem direito” (Siqueira, 1996, p. 9).

### **Família e compromisso comunitário**

Casada com Waldemar Benvindo dos Santos, Mãe Hilda

criou cinco filhos que se tornaram figuras proeminentes no cenário cultural e religioso brasileiro. Antônio Carlos dos Santos, conhecido como Vovô, fundou o bloco afro Ilê Aiyê, enquanto Hildete Valdevina dos Santos Lima, ou Dete Lima, tornou-se diretora artística do Ilê Aiyê e vice-presidente do Instituto Mãe Hilda Jitolu. Outros filhos, como Vivaldo Benvindo dos Santos e Hildelice Benta dos Santos, também assumiram papéis importantes no Ilê Axé Jitolu e em iniciativas culturais e educacionais. “O Ilê Aiyê tem uma força e eu creio que essa força foi trazida pelo Axé do Orixá porque quando eu comecei a ter filhos, já tinha as minhas obrigações na minha cabeça, no meu corpo, então o meu primeiro filho já nasceu dentro do Axé” (Siqueira, 1996, p. 11).

O compromisso de Mãe Hilda com a comunidade ia além da família. Ela sempre acreditou na importância da educação e do desenvolvimento cultural para a emancipação do povo negro. Com esse objetivo, fundou uma escola de 1º grau que se tornou um modelo pedagógico para outras instituições da comunidade, oferecendo aulas de religião e teatro, além de promover o conhecimento sobre as tradições africanas. “O terreiro é pequeno, mas já tem disciplina que é uma escola de minhas filhas de santo e para as crianças daqui. Carentes da nossa comunidade, acho que Deus me ajudou que o meu sonho foi realizado, eu fundei essa escola” (Siqueira, 1996, p. 13).

### **Impacto cultural e social**

Mãe Hilda foi uma pioneira na articulação de tradições afro-brasileiras com a educação e a cultura popular. Ela fundou uma escola que virou uma referência educacional para os estudantes e toda a comunidade do bairro do Curuzu,

onde está a sede da instituição, além de promover o conhecimento sobre as tradições africanas. “O candomblé sempre foi casa de ensinamentos e esta função agora prossegue com as nossas diversas escolas” (Siqueira, 1996, p. 15).

Além de seu trabalho na educação, Mãe Hilda teve um papel fundamental na criação do bloco afro Ilê Aiyê. Fundado em 1974, o Ilê Aiyê tornou-se um símbolo de resistência e valorização da cultura negra. “O Ilê surgiu em 1974. 1975 foi o primeiro ano que ele foi para a rua, mas antes dele sair, porque ele surgiu numa Casa de Candomblé consultando os orixás, achei que era muitos negros juntos [...] Achei que era necessário que se fizesse alguma coisa por parte do Axé para pedir proteção para esse povo” (Siqueira, 1996, p. 17).

Mãe Hilda também foi uma das responsáveis pela criação do Grupo de Mulheres de Axé Dandarê, que abre alas nos desfiles do Ilê Aiyê representando ancestralidade, tradições culturais, religiosas e étnicas. Essas mulheres, guiadas pela força e proteção dos orixás, são um exemplo vivo do legado de Mãe Hilda.

## **Legado e reconhecimento**

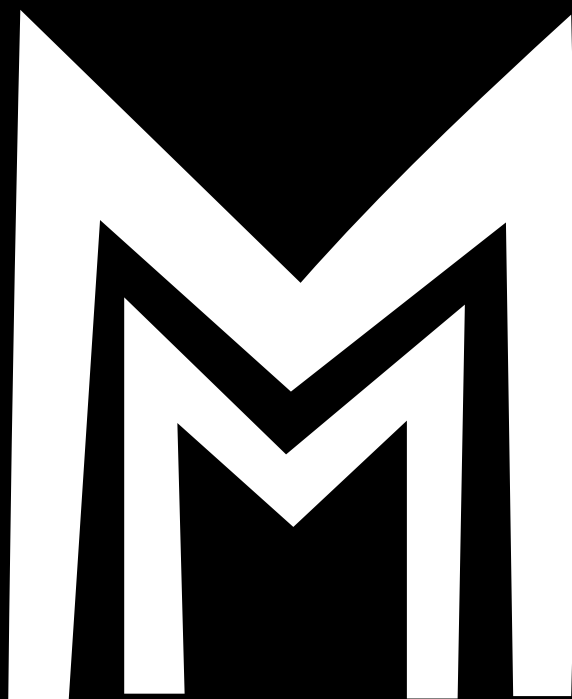
A fé inabalável de Mãe Hilda e sua dedicação à preservação das tradições africanas lhe renderam várias homenagens, - que fizeram jus à sua importância cultural e imaterial. Ela também foi imortalizada em músicas e recebeu tributos durante festivais e eventos culturais. A cidade de Salvador reconheceu seu trabalho, conferindo-lhe honrarias como a Chave da Cidade e a Medalha 2 de Julho, entre outros. “Mãe Hilda recebeu homenagens da 2ª série da Escola Mãe Hilda e de compositores do Ilê Aiyê. Que as Mães Pretas

do Brasil sejam parecidas com Mãe Hilda. Nos acaltem, nos acolham, nos aconselhem para sermos negros felizes” (Siqueira, 1996, p. 19).

Seu trabalho e legado transcenderam as fronteiras do terreiro, impactando a sociedade em geral. Ela participou de eventos importantes como o II Congresso Internacional dos Orixás, onde contribuiu para o diálogo entre a Igreja Católica e as religiões afro-brasileiras. Além disso, Mãe Hilda sempre esteve presente em celebrações religiosas de outras denominações, demonstrando seu respeito e abertura para a diversidade religiosa.

## **Conclusão**

O legado de Mãe Hilda Jitolu é uma herança viva que continua a inspirar e fortalecer a identidade afro-brasileira. Seu trabalho como guardiã da fé e da tradição africana é um testemunho de sua visão e dedicação, assegurando que as futuras gerações mantenham viva a chama da cultura e espiritualidade africanas no Brasil. Sua vida e obra são um exemplo de resistência e resiliência, refletindo a profundidade e a riqueza das tradições africanas que ela tanto prezou e preservou. Mãe Hilda continuará a ser lembrada e honrada por sua contribuição inestimável à cultura afro-brasileira.





# sumário

4	prefácio
6	ensaio
18	apresentação
22	malês - a revolução
25	quem se tornou malê
31	o papel dos muçulmanos na rebelião de 1835
36	símbolos da presença islâmica
39	malês e a revolta
43	o papel da liderança
46	as forças que se ocultam
52	perfis malês
60	antologia poética
70	sugestões de atividades pedagógicas



*"As forças que se ocultam sempre  
parecem mais poderosas"*

*Ahuna, Licutan, Sanim Dandarâ e  
Manoel Calafate Alufás do levante  
na cidade continuam com o Ilê Aiyê  
buscando outra sociedade*

Juraci Tavares e Luis Bacalhau

## **Buscando outra sociedade**

**(Luis Bacalhau & Juraci Tavares)**

Estampidos ecoam, Liberdade, Liberdade  
1835, Salvador, Levante Malê na cidade  
A frente Calafate e Licutan  
No 25 de Janeiro, o Ramada  
Dia da Glória, grande Glória  
A Revolta dos Malês  
Página viva mudando a História  
Ladeira da Praça, lorubá, Haussá Jeje.  
Mandinga, Nagó em parcerias  
Com o grito negro islamizado  
A cidade levantou  
Seguiram pela Liberdade  
E ao Ilê recomendou – Ilê, pegue o tambor e ganhe a rua  
A chama do Levante é nossa, continua  
Ahuna, Licutan, Sanim  
Dandará, Manoel Calafate  
Alufás do Levante na cidade  
Continuam com o Ilê Aiyê  
Buscando outra sociedade  
Malês são muçulmanos na religião  
Professando Alá, Alá  
Guiados pelo Alcorão  
Unidos mirando a cidadania  
No Levante islâmico várias etnias

1995—2013

caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica

# O ISLÃ REPRESENTOU O REFÚGIO DOS HUMILDES

apresentação

Segundo o historiador João Reis, autor da pesquisa mais completa sobre a Revolta dos Malês – *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835* –, o islã teve um papel ambíguo nos movimentos político-religiosos da África Ocidental na primeira metade do século 19. Por um lado, representou a ideologia, inspirou formas de governo de estados geralmente expansionistas e foi um aliado do poder – frequentemente instrumento que serviu a senhores e comerciantes de escravos. Mas por outro lado, o Islã representou o refúgio dos humildes. Deu força espiritual, moral e organizadora a pessoas pobres livres e escravizadas. Foi, então, um instrumento de revolta. Principalmente essa segunda tradição do Islã que os africanos escravizados muçulmanos tentaram reinventar no interior da Sociedade Escravista Baiana. Foi esta tradição, também, que mais interessou ao Ilê Aiyê contar no Carnaval de 2002. Apresentamos para você, interessado em conhecer a história real dos diversos segmentos populares que construíram este país, um pouco da luta dos Malês.

Com este volume, chegamos ao número 10 da coleção CADERNO DE EDUCAÇÃO que o Projeto

de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê vem publicando desde 1995. Esperamos estar contribuindo com estes cadernos para fazer uma Educação comprometida com os ideais de liberdade, justiça social e igualdade racial, pois apenas assim teremos, um dia, um país democrático.

Por fim, queremos deixar registrado que grande parte do texto deste Caderno foi transcrito ou adaptado do livro do historiador João Reis, citado acima.

**Salvador, maio / 2002**

**Axé,**

**A Coordenação**



**1995—2013**

**caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica**

# **Malês a revolução**

**01**

O Ilê abriu o milênio com um Carnaval de categoria. O Ilê, na marcha da história, acompanha o ritmo entre África e Brasil, marcando nossa origem africana e a trajetória negra na diáspora em busca de seu objetivo maior, que é o de participar das lutas para a construção de uma sociedade sem discriminações e sem desigualdades para todos os africanos e seus descendentes.

A Revolta dos Malês constitui um capítulo da história das lutas negras que têm origem no Continente e continuam nas Américas, nas Antilhas, no Caribe, na Ásia, na Europa ou onde quer que os africanos se encontrem.

O caminho humano da vida africana é construído de lutas, de glórias, de diferenças e de buscas que tornam este caminho dotado de uma riqueza diferente no seu jeito de sentir, de pensar, de viver, de ter esperança na vida e na coletividade, sempre.

Este ano, nosso tema nos leva às raízes históricas dos Malês e a Revolução que se deu na Bahia em 1835. Quem são os Malês? De onde vieram? Quais são as suas tradições, suas culturas, sua história, seus reinos, seus ancestrais, seus antepassados?

Falar dos Malês e a Revolta que ocorreu na Bahia em 1835 significa lembrar como se deu a origem do grupo de africanos escravizados aqui denominados Malês ou Musulmis – Muçulmanos, Maometanos, filhos de Allah.

Esta denominação corresponde a negros muçulmanos ou maometanos, cuja procedência se situa entre povos Nagôs, Haussás, Mandinques, Fulanis ou Peuls, Bornus, Adamanás, Minas, Tapas e todos os povos Sudaneses da África Ocidental. Segundo as fontes de que se tem notícia, os muçulmanos viviam em todo o Brasil, principalmente em São Paulo, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, mas a maior concentração estava na Bahia.

Nas pesquisas a respeito da procedência dos Malês que chegavam à Bahia e eram denunciados nos relatos da Revolta, encontram-se Nagos, Haussás, Jêjes, Minas, Bornu, Cabinda, Congo, Gruma ou Grunci e Tapa.

O islã mesclou diferentes grupos étnicos, guardando seus princípios fundamentais e adaptando-se às circunstâncias de tempo e lugar no Brasil.

As representações principais da origem dos malês estão entre Nagôs e Haussás.

Estes grupos são sociedades altamente desenvolvidas, politicamente independentes, complexas, economicamente avançadas e originárias de um alto nível de civilização de cultura e de tradição religiosa. Neste sentido, os Malês unificaram diferenças étnicas, culturais e religiosas somando os pontos comuns que correspondem à mais profunda tradição africana em relação à ideia de vida em família, de organização social, de relação com a natureza, de respeito aos mais velhos e de atenção e cuidado com o sobrenatural.

# Quem se tornou malê

02



## **OS NAGÔS**

Quanto aos nagôs, sabe-se que vêm do oeste da Nigéria, originários do povo Yorubá, que é constituído de reinos, de tradições e de culturas da mais fina origem africana. Situados entre o antigo Dahomé – hoje Benin –, vivendo numa planície rodeada de lagoas. Já, em parte, islâmicos, mas em sua grande maioria nas cidades de Oyó, Benin, Dahomé, praticam a Religião tradicional dos Orixás. São seus vizinhos os Nupes e os Igbos. Estes povos são portadores de um extraordinário espírito de cidadania, de uma organização exemplar, com seu governo hierárquico estruturado sobre princípios e ideários nobres. Toda a sua estrutura e valores são apoiados por sociedades secretas que presidem as atividades políticas e religiosas. Os Yorubás, sob um governo aristocrático, mantiveram um padrão de desenvolvimento artístico e cultural mundialmente reconhecido. Os Yorubás mantiveram por muito tempo o exército feminino de alto valor: As Amazonas do Dahomé.

## **OS HAUSSÁS**

As cidades-estado Haussás desenvolveram-se situadas entre o Níger e Tchad, numa encruzilhada constituída por vias comerciais por eles construídas no interior do país ligando Trípoli e Egito à Floresta Tropical, de uma parte, e de outra parte, o Níger e o Alto Vale do Nilo. Pode-se dizer que os Haussás estão situados na Nigéria Meridional.

As principais cidades do Estado Haussá são Kano, Daoura, Gobir, Katsina, Zaria e Rano. Daoura é a cidade-mãe. Em Daoura, um dos pontos de maior circulação é o mercado onde se realizam as trocas de bens, de mercadorias das produções locais e dos produtos de subsistência.

A organização familiar se passa entre uma linha de su-

cessão matrilinear. Kano é a cidade de próspero desenvolvimento onde o islamismo é introduzido no século XIV pelos povos do Mali, especificamente em 1385.

A cidade de Zaria sofreu uma grande invasão e foi salva pela liderança de uma célebre presença feminina, a Princesa Amina.

Há muitas lendas a respeito dos povos Haussá que trazem certas semelhanças com a história de Ouagadou bida de Ghana. Conta-se que a rainha Daourama, sucedendo a nove outros Reinos, viu o seu povo ameaçado por uma serpente que foi morta por um viajante, e o filho deste salvador tornou-se o Rei Bawa ou Bogoda. Seus seis filhos tornaram-se fundadores das sete cidades-estado Haussá Kano, Daoura, Gobir, Katsina, Zaria, Biram e Rano. Daoura era considerada e resguardada como a cidade-mãe. Mais tarde, outras cidades surgiram e foram vistas como menores, menos autênticas ou bastardas. Ficavam retiradas e, com o tempo, foram integradas aos Estados-Haussá. Estas novas cidades foram Kororofa, Illorin, Noupé, Zamfarra e Kebbi.

Os Haussás, no contato com outros povos mais ao Sul e ao Sudoeste, mesclaram-se com povos diferentes de seu habitat original que ficavam mais ao Norte e a Leste.

As cidades Haussás constituíam grandes fortalezas que se estendiam do Sudão Central e eram expostas e abertas a todos os tipos de influências, de trocas e de descolamentos.

A cidade de Kano, a rainha das cidades de Haussás, reconhecia como seus ancestrais os ferreiros vindos de Liair, chamados os Magowzawa, gente de sucessão matrilinear.

O islã foi introduzido em Kano pelo Rei Yadji através dos Malienses.

O grande muro de fortificação de Kano que ainda hoje

existe foi construído. Com doze metros de altura, dezoito quilômetros de extensão e sete grandes portas. As guerras nos estados Haussá se passaram contra Katsina e Zaria.

As guerras ferozes entre cidades Haussás as impediram de jogar um papel político dominante. Elas eram comunidades rurais destinadas ao comércio e às artes.

Contavam com um sistema fiscal muito elaborado, inspirado no Corão, organizando confiança de impostos sobre gado, terras, produtos de luxo e sobre profissões de açougueiros, tintureiros entre outros.

Os estados Haussás dispunham de uma economia complexa através da agricultura e do comércio judicialmente articulados em atividades pré-industriais de tecelagem, sapataria e artigos metálicos.

Os estados Haussás desenvolviam uma burguesia comerciante aberta a inovações ao lado de uma aristocracia burocrática.

O Rei era eleito pelos notáveis e o Conselho de representantes eleitos era fora dos critérios das sociedades africanas tradicionais.

A religião muçulmana, por outro lado, era permeada, em sua prática de elementos constitutivos, das religiões tradicionais africanas. Estes Estados encontravam-se pelo Sudão Ocidental e Central para além do Sahara.

A língua dos Haussá era falada em toda a parte oriental do Oeste africano. As Metrôpoles comerciantes Haussás constituíam uma pré-nação.

## **OS EWÉS E FONS (JEJES)**

Os reinos de Ifé, Oyó e Benin constituíram organizações políticas que, por sua vez, tiveram suas raízes em reinos

que datam de períodos anteriores, considerados de primeira grandeza: os Ewés e os Fons do Dahomé. Estes povos vizinhos dos Minas têm uma origem linguística em comum com os Yorubás, através da cidade de Ketu.

As chefiarias Ewés nascem em torno de um caçador denominado Afotché, que passa o poder a seu filho Agokoli no início do século XVIII.

O poder neste reino se constituía de pequenos cantões que se reuniam em torno de um chefe superior. Para decisões importantes, aplicava-se o Conselho de Maioridade com os Príncipes das famílias tradicionais, apresentados pelos mais velhos da família do soberano. Era um tipo de sociedade política fortemente enraizada em forma de organização de linhagens.

## **MANDINGAS**

O Reino de Mali, Malinké, Mandinga, o que parece significar homem do Mali, tem suas origens pouco conhecidas, embora se saiba que se encontram entre o Alto Senegal e o Alto Níger.

Nas colinas do Mandinga, os Malinké dispunham de duas vilas principais: Kiri e Dakadiala. A organização principal destes povos eram as confrarias de caçadores ligados por celebrações e rituais de iniciação que conferiam prestígio e consolidava posições em suas sociedades. Estes povos foram convertidos ao islamismo no ano de 1050. O rei Mallel é o primeiro a converter-se ao islã – possivelmente em face ao desespero causado por uma longa seca seguida de infortúnios que atingiam a região. Ao converter-se, o Rei retirou-se a uma colina onde passou a noite em oração.

Entre todos estes povos havia mesclas que se realizavam principalmente ao atravessarem o Atlântico. Há

cantigas que mostram orações coletivas entre Nagôs, Haussás e Jêjes. A religião muçulmana se mescla com elementos das religiões tradicionais africanas. As civilizações Haussás podem ser consideradas civilizações de sínteses em todos os níveis. Um escritor, referindo-se à extensão do reino Haussá, disse que Kano, a cidade-mãe do Estado Haussá, vestia dois terços do Sudão e quase todo o Sahara Oriental e Ocidental.

O que há de traço comum a ser generalizado entre estes povos que constituem os Malês é que o islã penetrou lentamente em suas civilizações tradicionais, tornando-os, em grande parte, africanos islamizados.

**1995—2013**

**caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica**

# **O papel dos muçulmanos na rebelião de 1835**

**03**

Não há sombra de dúvida sobre o papel desempenhado pelos muçulmanos na rebelião de 1835. Os rebeldes foram para as ruas com roupas só usadas na Bahia pelos adeptos do islã. No corpo dos que morreram, a polícia encontrou amuletos muçulmanos e papéis com rezas e passagens do Alcorão. Estas e outras marcas levaram à conclusão de que a religião tinha sua parte na sublevação.

Possivelmente, o primeiro grande contingente de africanos muçulmanos chegou à Bahia na passagem do século XVIII para o XIX. É evidente que, durante os mais de duzentos anos anteriores de tráfico, muitos africanos vindos da Costa da Mina eram maometanos, entre eles, principalmente, os malinkes, aqui chamados mandingos. No século XIX, vieram sobretudo os haussás, iorubás (nagôs) e povos vizinhos, vítimas dos políticos e religiosos que devastaram seus países. Era uma época de expansão do islã na África Ocidental, especialmente na região oeste da atual Nigéria. O islã se movimentava por meios pacíficos, mas ia à guerra sempre que os regimes políticos tradicionais que encarnavam a religião tradicional dos orixás lhe dificultavam a vida.

O islã teve um papel ambíguo nos movimentos político-religiosos da África Ocidental na primeira metade do século XIX. Por um lado, representou a ideologia e inspirou formas de governo de estados geralmente expansionistas – neste caso, foi um aliado do poder, frequentemente instrumento milenarista, que serviu a senhores e comerciantes de escravos. Mas, por outro lado, o islã representou o refúgio dos humildes. Deu força espiritual, moral e organizacional a pessoas pobres e livres que viviam subordinadas aos poderosos protegidos da religião tradicional dos orixás e mantiveram viva a esperança de libertação de milhares

de escravos muçulmanos. Foi, então, um instrumento de revolta. Foi principalmente essa segunda tradição do Islã que os africanos escravizados muçulmanos tentaram reinventar no interior da Sociedade Escravista Baiana.

Na Bahia de 1835, os africanos muçulmanos eram conhecidos como “malês”. A origem desse termo é muito discutida. O historiador americano R. Kent associou malê com malam, a palavra haussá tomada do árabe mu'allim, que significa clérigo, professor ou mestre – que tem o mesmo significado de “alufá”, palavra iorubana que predominou na Bahia. Por outro lado, Nina Rodrigues, primeiro estudioso competente dos malês, sugeriu que o termo derivava de Mali, o poderoso estado muçulmano da Costa do Ouro. Contudo, a explicação considerada mais sensata até agora é a de Pierre Verger, que associa o termo malê a imalê, expressão iorubá para islã ou muçulmano. Imalê, por sua vez, é apontado como sendo derivado de Mali.

Mali estaria então na origem da origem, na ordem Mali – imalê, malê –, que acreditamos ser a mais correta. Por que o termo malê só aparece na Bahia no século XIX? Obviamente por causa da maior presença iorubá, que impôs o nome. No entanto, deve ficar evidente que, na Bahia, “malê” não se refere a nenhuma etnia africana particular, mas a qualquer africano que tivesse adotado o islã.

Assim, havia nagôs, haussás, jêjes, tapas e possivelmente mandigos – enfim, pessoas pertencentes a diversas etnias que eram malês.

O islã não constituía uma força religiosa hegemônica entre os africanos na Bahia. Na melhor das hipóteses, representava um concorrente de peso num ambiente cultural que também incluía o culto dos orixás nagôs, vodun dos

jêjes, o culto aos espíritos ancestrais dos angolanos, entre outras expressões religiosas africanas. Some-se o próprio catolicismo crioulo e se terá uma idéia do pluralismo religioso da comunidade africana e afro-baiana naquela época. O único grupo étnico cujos membros parecem ter, na maioria, abraçado o islã antes de chegar à Bahia era o haussá, talvez seus vizinhos, os nupes (chamados “tapas” na Bahia) e os bornus. A maioria dos nagôs, etnia majoritária na província, permanecia adepta do candomblé. Mesmo os haussás, embora islamizados, continuavam ainda ligados ao culto de seus espíritos ancestrais.

No entanto, é errado afirmar a exclusividade dos haussás nos negócios islâmicos na Bahia. Como vimos, o islã era uma religião em expansão nos reinos iorubás, e certamente centenas de iorubás muçulmanos aqui aportaram como escravos. Não duvidamos, inclusive, de que por volta de 1835 os malês baianos fossem nagôs na sua maioria, e não filhos de etnias minoritárias como a haussá ou, menor ainda, a tapa. De qualquer modo, os malês-nagôs tinham poder e prestígio dentro da comunidade muçulmana. Os africanos Ahuna e Pacífico Licutan, talvez as personagens mais importantes da Revolta dos Malês, eram ambos conhecidos mestres malês de origem nagô. Também nagô era o alufá e líder rebelde Manoel Calafate, o liberto em cuja casa a rebelião começou.



04

# Símbolos da presença islâmica na comunidade africana na Bahia de 1835



A penetração muçulmana na comunidade escravista se realizava em níveis distintos de profundidade religiosa e de compromisso. Num nível mais superficial, encontramos a adoção de símbolos exteriores da cultura muçulmana. Eram particularmente populares os amuletos ou talismãs malês. Os estudiosos do islã africano são unânimes em reconhecer a estima por esses amuletos também na África, apesar da oposição de líderes puritanos. Na Bahia, os talismãs malês eram objetos de uso obrigatório de muçulmanos e não-muçulmanos indistintamente, devido à reputação de possuírem forte poder protetor. Nina Rodrigues observou, no final do século XIX, que os negros baianos, em geral, consideravam os malês “conhecedores de altos processos mágicos e feiticeiros”.

A palavra escrita, que os malês utilizavam, tinha grande poder de sedução sobre os africanos só familiarizados com a cultura oral. Os amuletos eram, em geral, feitos com papéis contendo passagens do Alcorão – livro sagrado dos muçulmanos – e rezas fortes. Esses papéis eram cuidadosamente dobrados – operação que também tinha sua dimensão mágica – e colocados numa bolsinha de couro toda costurada. Em muitos casos, além de papéis, outros ingredientes entravam na magia. Alguns amuletos eram feitos com pano-da-costa, pois protegia melhor as palavras e outros elementos protetores.

Outro símbolo da presença islâmica na comunidade africana era o uso de uma roupa toda branca, espécie de camisolão comprido, chamada de abadá na Bahia.

O abadá baiano nunca era vestido em público para evitar a visibilidade do malê e conseqüente perseguição das autoridades policiais, sempre atentas aos estranhos entre

os negros. Foi durante a rebelião de 1835 que o espetáculo de centenas de filhos de Alá usando o branco pôde ser visto pela primeira vez nas ruas de Salvador. Por isso, as autoridades policiais se referiam ao abadá como “vestimentas de guerra”. Na paz, malês só usavam a roupa branca em casa, longe de olhos curiosos, durante suas rezas e rituais.

Se o abadá tinha funções apenas rituais na Bahia, estamos diante de mais uma adaptação/mudança cultural africana em face às restrições estabelecidas pela sociedade escravista. Já que não podiam estar em público com suas roupas tradicionais, os malês baianos inventaram uma forma peculiar para identificarem uns aos outros na rua: o uso, nos dedos, de anéis de metal branco – prata ou ferro. Segundo o depoimento do nagô liberto João, os “anéis brancos eram o distintivo de que usam os daquela sociedade (malê) para se conhecerem”.

**1995—2013**

**caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica**

# **Malês e a revolta**

**05**

A revolta de 1835 não foi uma explosão espontânea, resultado de apressada decisão, como por vezes acontecera com revoltas escravas anteriores. Houve um período longo de gestação.

Quando os malês se reuniam na rua ou em casa para vivenciar os preceitos de sua religião, ou simplesmente para repartir outras dimensões da vida, a ocasião era também de imaginar um mundo melhor. Para alcançá-lo, não descartavam o uso da força. Mas, sua guerra por tempo não passou de uma rebeldia retórica, uma metáfora do conflito social efetivo com comentários rancorosos que exprimiam o desejo de reparação mais do que a discussão da revolta como objeto concreto. É evidente que, após duas décadas de rebeliões de africanos na Bahia, a experiência insurrecional

## **A REBELIÃO ACONTECEU NUM MOMENTO DE EXPANSÃO DO ISLÃ ENTRE OS AFRICANOS QUE VIVIAM NA BAHIA**

faria parte de qualquer especulação, por menos objetiva que fosse. Mas a ideia de uma rebelião específica, planejada, datada, certamente foi surgindo aos poucos.

A rebelião aconteceu num momento de expansão do islã entre os africanos que viviam na Bahia. Não sabemos exatamente se ela foi uma consequência natural, um episódio culminante dessa expansão, ou se a busca de novos adeptos à religião já seria parte de um plano de ruptura com a ordem. Acreditamos que tenha havido um pouco das duas coisas. O sucesso dos malês em constituir uma comunidade religiosa relativamente coesa e atraente deve ter inspirado idéias de ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo poder dominante – idéias de revolta que, uma vez amadurecidas, levaram os líderes a pensar também no aumento das bases muçulmanas como uma estratégia específica de tomada do poder.

Para a Constituição baiana de 1824, o catolicismo constava como a religião do Estado, única com direito a celebrar cerimônias públicas e estabelecer templos às claras. Aos estrangeiros europeus (que professavam o protestantismo, por exemplo) concedia-se direito à liberdade religiosa, desde que exercida privadamente. As religiões africanas eram ilegais, caso policial e não constitucional. Neste sentido, os malês viviam na ilegalidade.

O abismo entre o islã e a sociedade baiana era ainda mais profundo por se tratar de uma religião exclusivamente africana e que unia africanos escravizados e libertos. Por não ser uma religião de origem étnica, o islã tinha também o potencial de unir vários grupos, retirando dos escravistas a vantagem política da divisão entre os africanos. Não representava apenas a ideologia de uma classe – no caso a dos africanos escravizados – mas, muito mais, a de

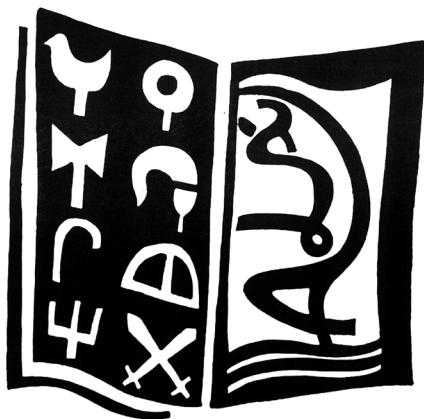
povos, civilizações não-européias que revelavam-se para o senhor brasileiro como o retrato do outro de corpo inteiro, não dividido. Na Bahia, o islã, como outras expressões religiosas africanas, só por existir, subvertia, no mínimo, a ordem inteira, não dividida. Na Bahia, o islã, como outras expressões religiosas africanas, só por existir, subvertia, no mínimo, a ordem simbólica dominante.

Mas é claro que a rebelião de 1835 demonstra que os malês foram além da subversão simbólica.

Dentre as várias alternativas políticas e de vida em ebulição entre os africanos nesse período, o islã tomou a dianteira. Foi o seu momento. Não porque tivesse desde sempre optado por uma revolução social, o que não é tão claro assim, mas porque propunha uma revolução nas vidas de seus seguidores. Tirava deles a vontade de ser escravizados, os impregnava de dignidade e constituía novas personalidades. Só na hora certa, os líderes malês orientaram seus discípulos a transformarem o compromisso individual com a religião num pacto com a rebeldia armada coletiva.

# O papel da liderança

06



A perspicácia desses líderes foi fundamental na consolidação de uma estrutura organizacional rebelde. Enquanto o número de conversos e simpatizantes aumentava sem qualquer promessa concreta de revolta, eles avaliavam seus liderados, estudavam as condições políticas e meditavam sobre o melhor momento de rebelar. Para os líderes, era importante um momento que associasse considerações de estratégia secular (profana) com o desdobramento da vontade de Alá. Para isso, contavam com a confiança e o respeito indiscutível de discípulos a segui-los para onde fossem, sem aviso prévio. Apenas os alufás ou malams detinham o segredo da hora de atacar. Talvez, por isso, só às vésperas do dia marcado – num momento em que as notícias da revolta já corriam a cidade de boca em boca – puderam as autoridades tomar conhecimento dos desígnios dos malês.

É quase certo que a decisão sobre a revolta de 25 de janeiro de 1835 foi tomada entre novembro e dezembro de 1834, depois da prisão do alufá Pacífico Licutan por motivos alheios à revolta, e da prisão e humilhação de outro importante mestre, Ahuna. Foi uma decisão calma, calculada e política que soube conter a emoção da hora da crise. Soube também escolher uma hora coerente com o calendário islâmico.

A partir de então, a liderança malê iniciou uma sinalização mais definida de seus objetivos. O raio de ação dos revoltosos deveria ultrapassar Salvador. Parecia evidente que uma revolta estritamente urbana não teria futuro, pois deixaria fora o grosso da população africana concentrada nos engenhos e vilas do Recôncavo. A estratégia da rebelião havia, aqui também, sido precedida pela dinâmica da expansão religiosa. Os malês haviam feito adeptos, constituídos com base no interior. O africano escravizado Carlos

confessou que “por todo o Recôncavo estão espalhados comissários a fim de fazer extensiva a mesma sociedade malê [...] e ouviu de alguns outros pretos, em diversas ocasiões, dizerem que quando for necessário o rompimento geral, os do Recôncavo viriam socorrer os dessa cidade”.

Se os contatos no meio rural não eram novos, eles foram intensificados durante as semanas que antecederam a rebelião. O papel dos malês libertos foi fundamental nessa tarefa. Manoel Calafate era um dos comissários. A negra Joaquina, moradora do mesmo prédio que o liberto, informou ao juiz de Paz que, três dias antes do levante, Manoel Calafate retornara de Santo Amaro e, desde então, se intensificara o vaivém de africanos em sua loja. Outro comissionado para a Baía de Todos os Santos era o comerciante de fumo Dandarâ. Segundo o depoimento de Pompeu, escravizado de um engenho em Santo Amaro, esse mestre o assistia espiritualmente quando visitava o lugar. Aliás, a cidade de Pompeu (Santo Amaro) parece ter sido o núcleo principal das atividades contra a ordem no interior. De Santo Amaro, vieram ele e outros para lutar nas ruas de Salvador em 1835.

1995—2013

caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica

07

# As forças que se ocultam sempre parecem mais poderosas



Durante talvez cerca de um mês, os malês foram mantidos sob estado de alerta. A rebelião poderia explodir a qualquer momento. A palavra sobre a data precisa só alcançou os escalões secundários de rebeldes com poucos dias ou, para muitos, poucas horas de antecipação. Lançavam-se mão deste expediente de segurança certamente para reduzir ao máximo a ação dos delatores.

Acreditamos, então, que apenas um grupo pequeno dos rebeldes detinha informações completas. Eram os mestres e seus colaboradores mais próximos. Parece indiscutível que o aviso final para o levante partiu deles.

Se cada mestre orientou seus alunos na revolta, a última palavra parece ter sido pronunciada por Mala Mubakar que, segundo a tradução de um manifesto escrito em árabe, teria conclamado todos os malês para a luta, garantindo-lhes invulnerabilidade física diante do inimigo. Segundo Nina Rodrigues ouviu de um velho alufá, Mubakar chamava-se Tomé na terra de branco e, em 1835, ocupava o cargo de almani da Bahia, ou seja, era o líder espiritual máximo da comunidade malê.

A data escolhida para a rebelião foi o domingo da festa de Nossa Senhora da Guia. A escolha tinha óbvias razões estratégicas, prova de que a liderança da revolta era conhecedora dos costumes dos moradores de Salvador. Com efeito, a festa levaria para a distante localidade do Bonfim um grande número de pessoas, especialmente homens livres. Boa parte do corpo policial também iria para lá, com o objetivo de controlar os excessos do povo. Dada a distância e precariedade dos transportes e vias de acesso, ia-se ao Bonfim, na época, para ficar, pelo menos, todo o fim de semana na festa. Vazia de homens livres e policiais, a

cidade se faria fácil presa. Esse é o primeiro elemento dos cálculos dos rebeldes.

Mas haviam outras razões, menos mundanas, para a eleição daquela data, o 25 de janeiro. A rebelião foi planejada para acontecer num momento especial do calendário muçulmano – na verdade, o mais importante do ano, o Ramadã. Era o final do mês do jejum, uma data inclusive muito próxima da festa do “Lailat al-Qadr”, expressão traduzida para os idiomas ocidentais ora como “Noite da Glória, ora como “Noite do Poder”. O “Qadr” é celebrado em toda a África Ocidental no 27º dia do Ramadã.

Com efeito, o Lailat al-Qadr encerra o Ramadã. Na África Ocidental, acredita-se que, nessa noite, Alá aprisiona os djins (espíritos) para livremente reordenar os negócios do mundo. O Qadr constitui a sura 97 do Alcorão, que é curta e bela. Sua leitura deve ter inspirado os rebeldes de alguma forma. Revelamos o Alcorão na Noite da Glória.

**Quisera soubessem vocês como é a Noite da Glória!  
Melhor que mil meses é a Noite da Glória.  
Nessa noite os anjos e o Espírito têm  
Licença do Senhor para descer com seus decretos.  
Essa noite é de paz, até o romper do dia.**

Para os malês, a rebelião de 1835 fez parte do programa de comemoração do Ramadã e seria uma celebração, o primeiro ato de uma nova era. Este estado de festa se expressa nos termos usados por muitos rebeldes para definir a rebelião, como folgado (brincadeira, brinquedo). A linguagem lúdica, coerente com as culturas africanas que formaram o Novo Mundo, faz supor que religião, política e festa se confundiam na visão de mundo malê e, com certeza, de outros africanos. É importante

ressaltar este aspecto, sobretudo porque ele não se encaixa na perspectiva daqueles que interpretam o islã africano na Bahia a partir do (pré)conceito de um islã sisudo e triste. Assim, do ponto de vista malê, em 1835 se posicionariam ao lado do mal os sérios defensores e membros integrados da sociedade branco-escravista e, ao lado do bem, os apocalípticos militantes do islã, em plena alegria por estarem a serviço da justa transformação do mundo.

Protegidos por amuletos, abadás e a palavra de seus mestres religiosos, agindo em sintonia com uma conjuntura cósmica favorável, os malês foram à luta com enorme esperança de sucesso. “A vitória vem de Alá. A vitória está perto. Boas novas para os crentes” – prometia o texto fortemente milenarista de um amuleto confiscado pela polícia. Mas vitória contra quem, exatamente? E o que fazer da vitória?

É difícil imaginar como seria a Bahia com os malês no poder. A revolta previa uma Bahia só de africanos. Segundo um dos documentos árabes traduzidos pelo africano haus-sá Albino, “a gente havia de vir do bairro da Vitória tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco”.

Para o historiador João Reis, “os rebeldes pretendiam romper com a dominação branca e viam mulatos e crioulos como cúmplices – não vítimas, como eles – dessa dominação. Mas acreditamos que, caso a história tivesse dado chance, uma vez no poder, os africanos terminariam por estabelecer um modo de vida com os afro-baianos como aconteceu no Haiti, por exemplo. Talvez impossível fosse fazer a paz com os brancos. O movimento foi definido, antes de mais nada, como um folgado de matar branco. ‘Guerra aos brancos’, ‘matar os brancos’ e outras expressões do gênero foram as mais frequentes nos depoimentos dos africanos presos. Nem crioulos nem mulatos foram objeto de tanta atenção dos insurgentes de 1835”.

Se, por um lado, a “gente da terra de branco” era toda considerada adversária dos rebeldes, por outro a rebelião se baseava no princípio de que todo africano representava um aliado em potencial.

A rebelião foi planejada como uma aliança entre malês e demais africanos e, efetivamente, não foram apenas os malês que saíram às ruas naquela madrugada de 25 de janeiro. O levante interessou a africanos de diversas origens e tendências religiosas, e seus organizadores contavam exatamente com a constituição desse africano. E era natural que assim fosse, senão por tolerância ideológica, pelo simples fato de que os malês sabiam que representavam uma minoria entre os africanos, e minoria ainda no conjunto dos habitantes da Bahia. Sozinhos não tomariam nem uma freguesia, quanto mais uma província. Pretendiam levantar os africanos escravizados na manhã daquele domingo, 25 de janeiro, e para isso não saíam exigindo identidade de malê aos que quisessem entrar no “folguedo”.

João Reis afirma “Não negamos a hegemonia dos malês no bloco rebelde, negamos sua solidão. O cenário que imaginamos para os eventos de 1835 é o seguinte: uma vanguarda malê responsável pela idealização e início da revolta; um segundo grupo de parceiros de trabalho, amigos e simpatizantes dos malês mobilizados às pressas por estes algumas horas antes ou no calor da própria luta e, finalmente, o pessoal que se lançou na insurreição por conta própria – gente que acordou com o barulho na rua, saiu, olhou, conferiu e decidiu participar. Neste cenário, os malês lutam ao lado de kafir (descrente, infiel, pagão para os árabes) e de cultuadores de voduns e orixás. Principalmente estes últimos. Se quisermos definir resumidamente o movimento de 1835, podemos dizer que a conspiração foi malê e o levante foi africano”.



**PODEMOS DIZER  
QUE A CONSPIRAÇÃO  
FOI MALÊ E O LEVANTE  
FOI AFRICANO**

1995—2013

caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica

# Perfis malês

08



52

Está claro que as lideranças religiosas e políticas se fundiram no movimento de 1835. Conseguimos identificar sete importantes líderes muçulmanos, mestres malês envolvidos de alguma maneira na revolta. Eram eles Ahuna, Pacífico Licutan, Luis Sanim, Manoel Calafate, Elesbão do Carmo (Dandará), Nicobé e Dassalú. Seguem minibiografias de alguns desses alufás.

### **AHUNA**

Talvez o rebelde mais procurado pelas autoridades baianas em 1835. Ele tinha “estatura ordinária”, segundo uma descrição, e carregava, em cada lado do rosto, quatro cicatrizes, marcas tribais. Era nagô. Sabemos da boca de muitos dos africanos presos que ele representava um elo importante da trama. Os africanos se referiam a Ahuna como o “maioral”. O curioso sobre Ahuna é que foi o único líder malê que os africanos, em seus depoimentos, depois de presos, qualificaram de “maioral”, apesar dos frequentes comentários que fizeram a respeito de outros alufás. Ele era, talvez, o homem-chave em 1835. É possível que Ahuna tenha sido o almani da Bahia àquela época, talvez o mesmo Mala Mubakar que falamos antes. Uma outra possibilidade é que fosse um babá malami ou um “grande malam” na expressão haussá.

### **PACÍFICO LICUTAN**

Ele foi descrito como um homem idoso, alto, magro, barba rala, cabeça e orelhas pequenas, “com sinais perpendiculares, outros transversais na cara”. Uma figura impressionante, sem dúvida. Era de origem iorubá, trabalhava como enrolador de fumo no Cais Dourado e morava no Cruzeiro

de São Francisco. Pacífico Licutan era um alufá estimadíssimo, um homem de grande influência e poder na comunidade africana da Bahia. Ele fora preso em novembro de 1834. Até uma certa altura desse encarceramento, ainda se pensava em alforriá-lo quando fosse a leilão em praça pública. Depois de marcada a data da rebelião, Licutan foi informado de que seria libertado de uma vez ao final do Ramadã. Realmente, durante o levante, os rebeldes tentaram libertá-lo à força, mas sem sucesso.

Durante o interrogatório a 11 de fevereiro de 1835, Licutan recusou-se a revelar o nome de qualquer colaborador ou discípulo seu. Negou até que ele próprio fosse muçulmano, apesar de toda prova ao contrário. Ao mesmo tempo, manteve diante de si próprio, dos outros africanos que aguardavam para depor e dos interrogadores a dignidade e identidade malê. Disse ao juiz chamar-se Bilal, ao que a autoridade retrucou furiosa ao saber que seu nome africano era na verdade Licutan. O juiz, por ignorância, perdeu o detalhe de que Bilal é um nome islâmico muito comum e, no caso do réu, um nome carregado de singular sentido simbólico. Na tradição muçulmana, Bilal é o nome do auxiliar (muezzin) negro do profeta Maomé e, na África Ocidental, Bilal tornou-se a própria designação do cargo de muezzin (literalmente, o assistente que puxa os fiéis na reza). Como observamos, a revolta continuava viva no coração de Licutan, ou Bilal, apesar do insucesso no campo de batalha.

## **SANIM**

Em 1835, Sanim já havia atingido avançada idade, era homem de “estatura ordinária”, testa larga, cabelos brancos, barba cerrada e “mãos foveiras”. Como Licutan, também era escravizado e trabalhava enrolando fumo. Uma grande

amizade ligava os dois malês quando Licutan foi preso, Sanim passou a levar-lhe comida na prisão. Sanim morava na rua do Pão-de-Ló. Apesar de seu longo cativeiro na Bahia, a contar por sua idade aparente, ele mal sabia falar português. No entanto, segundo diversas testemunhas, falava fluentemente tanto o haussá como o iorubá, apesar de ser de origem nupe (“tapa”, na Bahia). Era um homem versátil, com trânsito em várias culturas; um homem culto.

O campo de atuação de Sanim era a casa dos libertos Gaspar e Belchior da Silva Cunha. Ele “era Mestre de ensinar a ele e aos outros a reza de Malei”, afirmou o discípulo Belchior ao juiz. Mas Sanim era também uma pessoa prática. Organizou, por exemplo, uma “junta”, espécie de caixa de poupança. O dinheiro da junta se dividia em três partes: uma para comprar pano e fazer roupas muçulmanas; outra para pagar diárias devidas aos senhores pelos escravizados (talvez as diárias dos mestres, ou de todo escravizado malê nas sextas-feiras, quando não se deve trabalhar, mas rezar) e uma terceira parte para ajudar na compra de cartas de alforria.

### **MANOEL CALAFATE**

O fato de que era respeitosamente tratado de “pai Manoel” por seus discípulos indica que também era um homem de idade em 1835. Ele era liberto, de origem iorubá, calafate por ofício. Morava na casa da Ladeira da Praça, onde a insurreição começou, com outro liberto nagô, o carregador de cadeira Aprígio. A casa era um ativo centro de reuniões muçulmanas.

Manoel Calafate foi inegavelmente um personagem importante no esquema insurrecional.

Recordamos sua viagem a Santo Amaro às vésperas do levante para mobilizar gente. Lembramos também o jura-

mento que seus discípulos faziam de morrer na luta com o mestre. Pai Manoel foi talvez o único alufá a participar ativamente da luta, e parece ter morrido de ferimentos recebidos na Praça do Palácio pouco depois do início do levante. É o que sugere o testemunho de um comerciante “... vira o preto Manoel Calafate subindo a ladeira da Praça, cutilar a um soldado e depois tornar a entrar ferido para a mesma casa dos insurgentes”.

### **ELESBÃO DO CARMO, O DANDARÁ**

O liberto Dandaró era o mais próspero dos mestres. Morava no Caminho Novo do Gravatá com Emereciana, sua mulher. Ele possuía uma loja de negociar fumo no mercado de Santa Bárbara, freguesia da Conceição da Praia. Ali, reunia discípulos para orações e aulas de árabe.

No interrogatório, foi o único a reconhecer-se “Mestre em sua Terra, acrescentando que aqui tem ensinado os rapazes, porém que não é para o mal”. O Mestre era um dos representantes do islã no Recôncavo, para onde sempre viajava a negócios.

As autoridades produziram seis testemunhas das atividades muçulmanas de Dandaró. Uma delas, o alfaiate Luís da Franca, morador do andar de cima da loja de Santa Bárbara, costumava bisbilhotar o Mestre através das tábuas frouxas do assoalho, “e muitas vezes viu estar este com umas contas grandes a rezar esfregando-as nas mãos e gritando para o céu”. Mas a acusação mais comprometedora referia-se a um bom número de Parnaíbas que uma testemunha vira guardadas na loja do líder malê. Estas compridas armas brancas foram, sem dúvida, usadas durante os combates de 1835.

## **HOMENS COM BARAKA**

O perfil da liderança muçulmana em 1835 demonstra a tendência democrata em geral atribuída ao islã no recrutamento de seus porta-vozes espirituais e eventualmente políticos. O islã pode ser machista, o que limita sua democracia, mas não é aristocrático. Na África Ocidental, com exceção de mulheres e escravos, qualquer um podia tornar-se um alim – um conhecedor do islã, um clérigo – bastando que “recebesse treinamento suficiente para ser legitimado socialmente”. Na Bahia, a “democracia malê foi mais longe, pois não apenas os homens livres tinham o privilégio de dirigir os filhos de Alá”.

Com efeito, os alufás que conseguimos identificar eram, na maioria, escravizados. E eram todos respeitados e dignificados pela comunidade africana como normalmente o são as pessoas consideradas mais próximas dos deuses. Ahuna, Licutan, Sanim e Nicobé, todos escravizados, eram homens com baraka (poder espiritual, místico) – e isso era o que importava. Suas idades avançadas aumentavam-lhes o prestígio, porque os africanos sabem respeitar a sabedoria dos velhos. Qualquer preconceito porventura existente entre os africanos contra escravizados, de um modo geral – já que ser escravo não era a única condição social africana na Bahia, havendo a categoria dos libertos – , se dissolvia em se tratando desses velhos malês.

## **glossário**

- ◆ **ABADÁ** ou agbada em iorubá, roupa branca longa, espécie de camisola usada pelos malês.
- ◆ **ALAFIN** título do rei de Oyo, reino iorubá.
- ◆ **ALMAMI** líder religioso máximo da comunidade malê, equivalente ao iman árabe.
- ◆ **ALUFÁ** mestre malê, corruptela do termo sudanês-ocidental alfa. Mesmo que mu'allim (árabe) ou marabout ou alim.
- ◆ **BABBA MALAMI** grande malam (haussá).
- ◆ **BARAKA** poder espiritual, místico. Significa também benção. O ato de transmissão desse poder.
- ◆ **BILAL** o assistente ou muezzin negro de Maomé, aquele que dirige as rezas. Na África Ocidental, bilal passou a ser nome do próprio cargo de assistente.
- ◆ **DJIN** espírito (árabe).
- ◆ **IMALÉ** termo iorubá para o islã ou muçulmano.
- ◆ **ISKA** (PL. ISKOKI) vento ou espírito haussá. Mesmo que o árabe djin.
- ◆ **JAMAA** comunidade muçulmana, assembleia local (árabe).
- ◆ **JEJE** termo como se conhecia o africano de origem ewe (Daomé) na Bahia.
- ◆ **JIHAD** guerra santa muçulmana contra heréticos e pagãos (árabes).

## **glossário**

- ◆ **KAFIR** (PL. KAFIRI) descrente, infiel, pagão (árabe).
- ◆ **LAILAT AL-MIRAJ** noite de ascensão do profeta Maomé ao céu, 26 de Rajab (sétimo mês muçulmano). Lailat al-Qadr, noite da Glória ou Noite do Poder, festa de encerramento do Ramadã, mês do jejum.
- ◆ **MALÂM MU'ALLIM OU ALIM** (árabe) clérigo, mestre.
- ◆ **MALÊ** termo como se conhecia o africano muçulmano na Bahia. De imale (iorubá).
- ◆ **MUEZZIN** assistente que puxa as rezas (árabe).
- ◆ **NAGÔ** termo como se conhecia o africano de origem iorubá na Bahia.
- ◆ **OBA** chefe local iorubá.
- ◆ **OGBONI** conselho do alãfin, rei de Oyo.
- ◆ **OLOGUM** mesmo que olorogum, título de chefe guerreiro em Oyo.
- ◆ **PATAKO** termo iorubá para a prancheta de escrever muçulmana. Outros termos usados são wala (iorubá) e allo (haussá).
- ◆ **TAPA** termo como se conhecia o africano de origem nupe na Bahia.
- ◆ **TESSUBÁ** rosário malê (iorubá).
- ◆ **TIRA** termo iorubá para o amuleto malê. A palavra tiá é sua corruptela baiana.

**1995—2013**

**caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica**

# **Antologia poética**

## **Levante de africanos**

**(Guellwaar e Moa Catendé)**

Levante de Sabres... a noite caiu,  
(A noite da glória talvez)  
Na hora da verdade de grandes sábios malês  
Com fúria e sonhos na tez.  
1835 voltas do mundo malê,  
Um sonho tão belo foi subtraído.  
Mas ressoa no coro do majestoso Ilê  
Por toda cidade vitorioso.  
Cante!  
Vibre!  
Ninguém cala a boca de Babba Almami  
(Carcará)  
O poder era o fim e a rainha esquecida Luiza Mahin  
Temperou a revolta no tempo da memória,  
Em nome de Allah ser o dono da terra  
Para calafatear nosso caminho.  
Só quem tem patuá não tem medo da guerra  
Escorrega, levanta e nunca está sozinho.  
Alufás Dassalú, Dandara, Salin,  
Licutan, Nicobé, Ahuna...

## **Referência quilombola**

**(Adailton Poesia e Valter Farias)**

Salve, salve, salve, salve o Ilê  
Salve, salve, salve, salve a África  
Mãe África que saudade de você  
Pra não sofrer, fiz o levante malê  
A história nos revela em poesia  
Um processo de magia  
Que eclodiu em Salvador  
Levante ou rebelião escrava  
Noite de poder e glória Liberdade no clamor  
Ao sol da madrugada  
Licutan, Ahuna, Calafate  
Entre outros por Allah  
O tempo faz a força na memória  
Referência quilombola  
Numa vitória singular  
África mal é, África malê, África malê  
Curuzu, Liberdade Ilê Aiyê  
Ao inexplicável Allah  
Honra, fé e poder  
Que o Ilê traz em ciência  
A Revolução Malê  
Pela unidade afro  
Contra um povo desumano  
Um marco a história fez nascer  
Pois os negros islamizados  
De abadá se rebelaram  
Com a licença do Senhor  
Da casa de Calafate  
O caminho da liberdade  
Às ruas de Salvador

## **Grito de vitória**

**(Dico e Jajai)**

Ilê traz do passado ao presente  
A bravura dos negros muçulmanos  
De origem africana  
Homens de fé e coragem  
Exigiam o direito de igualdade  
Religiosamente pela liberdade  
Cansados de seus opressores  
Que escravizaram a negra cor...  
Formaram uma revolução em Salvador  
A rebelião dos malês  
Ecoou o seu grito de vitória  
Pacífico Licutan  
Entrou para a história  
E hoje o Ilê Aiyê levantando  
A bandeira cultural  
Lembrando levante malês  
No carnaval  
Em busca de igualdade eu vou  
Fazer protestos e manifestações  
Enquanto há vida existe esperança  
Vamos alcançar a liberdade irmão

# Salamalêco

(Rita Mota)

É salamalêco  
salamalêco Ilê Aiyê  
salamalêco  
Foi na cidade da Meca  
Atual Arábia Saudita  
Onde tudo começou  
Gabriel disse Maomé  
É Alá o nosso protetor  
E toda notícia se espalhou  
Foi da Meca para África Ocidental  
E aqui no Brasil em Salvador  
Haussás e Nagôs  
E o Malê Calafate reuniu  
Muçulmanos em uma oração  
Ensinou-lhes doutrina do Alcorão  
Fez a Rebelião  
O que nos deixa triste Ilê  
São os conflitos do dia a dia  
Alá não quer guerra  
Alá quer ver paz e harmonia  
É salamalêco  
salamalêco Ilê Aiyê  
salamalêco

*Salamalêco* Deus esteja com vocês *Maomé* Profeta *Gabriel* Anjo *Calafate* Grande mestre Malê, articulador do movimento. Muito respeitado pelos seus seguidores (discípulos). *Alcorão* Livro sagrado

# **Ilê magistral**

(Sílvio Almeida e Davizinha)

Magia tem todos os dias o sol da manhã  
O sol da manhã  
Tão lindo que as flores do campo só fazem chorar  
Em gotas de orvalho  
Retumbante é o canto dos pássaros  
Emocionantes abelhas e o mel  
Tudo é belo e encantador no verde paraíso  
Divino, rico, persistente assim é o Ilê  
E sempre será  
Sendo supremo é intitulado o herói lutador  
Em Salvador  
No deserto será sempre oásis  
No sertão será sempre açude  
E da negritude será sempre instrumento cultural  
Magistral, Ilê Aiyê, Magistral  
Oh, divino Ilê, rei da natureza, tu és Magistral  
Se o céu é azul, azulado é o infinito do mar  
Oh supremo Ilê  
A mãe natureza não pode deixar de verdejar  
Magistral, Ilê Aiyê, Magistral  
Oh, divino Ilê, rei da natureza, tu és Magistral

## **Raça Ilê**

**(Wilson Ramos – Jorge Garcia – Nal)**

Você vê o meu jeito de ser  
Acha que sou exótico  
Se lhe causa inveja o Ilê  
Culto Afro Histórico  
Simplesmente eu vou ter que dizer  
És um cara neurótico  
Altamente careta, não vê que a preta transmite  
magia  
E o Ilê Aiyê Curuzu Salvador representa a Bahia  
Sua dúvida aumenta quando você quer ser melhor  
do que a gente  
Se a discriminação é um mal no Ilê isso é diferente  
Toda raça Ilê é um povo só  
Eu já me entreguei e garanto a você que  
Estou bem melhor  
Se não está satisfeito, procure dar um jeito  
Em você criatura eu vou curtir no Ilê 'tou  
Querendo dizer que ninguém me segura  
Saio sábado à noite somente porque sei  
que algo me espera pra subir o Curuzu  
Junto com o Ilê arrastando a galera.

## **Ilê coral negro**

**(Narcizinho)**

Olha só que negro lindo  
E bonito de se ver  
Vem dançar minha negra linda  
No meu Bloco Ilê Aiyê África...  
Ilê o coral negro Curuzu  
Ilê Aiyê amo você  
Na veia no sangue  
Na pele na cor  
Africano na aldeia  
Minha origem é Nagô. África.  
Vou sem destino  
Vou seguindo o meu caminho  
Sei que não estou sozinho  
Minha preta  
Ilê Aiyê é fogo ardente da paixão  
Que me aquece o coração  
E não me deixa Ilê Aiyê...

## **Só o pensamento**

**(Reizinho e Toinho do Valle)**

Eu não consigo viver  
Sem o Ilê Aiyê  
Preciso urgentemente te encontrar  
Eu caminho sem destino por aí  
Só o pensamento  
Faz lembrar  
Quero saber  
Do Ilê Aiyê onde andará  
Quero fazer  
Um só momento pra nós dois  
Não tem cachoeira, rio nem mar  
Que cesse a minha sede de te amar  
Porque não vem  
Pra mim  
É só dizer sim  
E se entregar  
A esse amor  
Que me marcou  
E não largou  
Do meu coração

## **Dimbe do Ilê**

**(Guiguo – Joyce Lee – Cezar Queiroz)**

Dali, dali, dali, dali Ilê  
Dali, dali, dali, dali Ilê Aiyê  
Sei que bonito lindo  
Mas não vou me convencer  
Porque sei que é impossível  
Ser mais bonito que o Ilê  
Dimbê, Timbau, Xequerê, Xeueu  
Pro Ilê Aiyê eu tiro meu chapéu  
Seu trançado no turbante  
Seu penteado elegante  
Seu batuque emocionante  
É bonito como o quê

**1995—2013**

**caderno de educação  
ilê aiyê  
projeto de extensão pedagógica**

# **Sugestões de atividades pedagógicas**

**Ana Célia da Silva**

## **atividade**

### **1. Complete as frases seguintes**

- a) Mulsulmis, muçulmanos, maometanos, filhos de Allah, são denominações atribuídas aos...
- b) Os malês procedem dos povos...
- c) Os muçulmanos viviam em todo o Brasil, principalmente em...

### **2. Numere quantas vezes forem suficientes a segunda coluna de acordo com a primeira.**

- a) Nagôs
  - b) Haussás
  - c) Ewés e fons (jêjes)
  - d) Mandingas
- 
- ( ) tinham como cidades principais Kono, Daoura, Gabu, Katsina
  - ( ) viviam nas cidades de Oyó, Benin, Dahomé
  - ( ) a organização familiar tem uma linha de sucessão matrilinear
  - ( ) são originários do Dahomé, hoje Benin
  - ( ) têm sociedades secretas que presidem as atividades políticas e religiosas
  - ( ) vêm do reino do Mali, Malinké
  - ( ) vivem no Alto Senegal e no Alto Níger
  - ( ) praticam a religião tradicional dos Orixás
  - ( ) sociedade organizada em forma de linhagens

## atividade

3. Desenhe um mapa da África e situe nele as regiões onde se originaram os povos Nagos, Haussás, os Ewês e Fons (jêjes) e os Mandingas.
4. Pesquisa: solicite aos alunos divididos em pequenos grupos que pesquisem as músicas do bloco afro Ilê Aiyê que falam do Mali e da Revolta dos Malês e as apresentem em aula através das atividades de declamação, canto, jogral ou dramatização.
5. O abadá era a roupa branca utilizada pelos Malês durante suas rezas e rituais. O abadá estilizado é muito utilizado no carnaval baiano, é uma influência dos Malês. Solicite aos alunos que realizem um desfile com os abadás usados nos blocos afros e afoxés no carnaval da Bahia, com destaque para o abadá comprido e branco dos Malês e peça que façam uma redação sobre essa vestimenta.
6. Faça a leitura do texto sobre a Revolta dos Malês e responda às seguintes questões:
  - a) Qual o objetivo da Revolta dos Malês?
  - b) Quais os segmentos que participaram dessa revolta?
  - c) Que festa baiana foi escolhida para o início da revolta? Por quê?
  - d) Quais os nomes dos líderes da Revolta dos Malês?

## **atividade**

7. Distribuir o texto sobre a biografia dos líderes da revolta e sortear cada líder para uma equipe. Realizar um mini seminário para cada equipe apresentar a vida do líder Malê que estudou.
  
8. Solicitar a cada equipe que faça um retrato-falado do líder que apresentou, através da descrição do texto, e exponha o retrato em sala de aula e mural da escola, juntamente com os outros materiais construídos durante o estudo dos textos.

## **bibliografia**

- Ki-Zerbo. *História da África negra*. De Ontem a amanhã. Livraria A Hatier Paris, 1978.
- Sankofa. *Resgate da Cultura Afro-Brasileira* Vol. 02, Rio de Janeiro. Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. (SEAFRO) Org. Elisa Jarkim Nascimento
- Rodrigues, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- História Geral da África*. Metodologia e Pré-história da África. Coordenador do Volume: J.Ki-Zerbo. São Paulo, África, Paris, Unesco, 1982.
- Reis, João José. *Rebelião Escrava no Brasil — A História do Levante dos Malês, 1835*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- Lopes, Nei. *Malês - O Islã Negro no Brasil*. In: A matriz Africana no Brasil, Vol. 1. Rio de Janeiro.
- Sankofa - Resgate da Cultura Afro-Brasileira. Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro Brasileiras (SEAFRO), Org. Elisa Jarkim Nascimento. *Bantos, Malês e Identidade Negra*, Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1988.

## **bibliografia**

- Nascimento, Abdias. *Gabinete do Senador Abdias Nascimento*. Brasília, 1977. Thoth nº 3. Escriba dos Deuses. Pensamento dos Povos Africanos e Afro – Descendentes. As Civilizações Africana no Mundo Antigo, Org. Elisa Jarkim Nascimento
- Duncan, k Quince e Lorein Powell. *Iorubá e Prática do Racismo*. Coleccion Analises, Departamento Ecumenico de Investigadores, San José, Costa Rica, 1988
- Maquet, Jacques. *Civilizações da África Negra*. New York, Oxford University Press, London, Toronto, 1972
- Paulme, Denise. *Los Civilisations Africaines*. Presses Universitaires de França, Paris, 1959.
- Verger, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Editora Corrupio, São Paulo, 1987.
- Ramos, Arthur. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. Vol 249, Companhia Editora Nacional, Brasileira, São Paulo, 1979.

*créditos da edição 2025*

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** **Reitora:** Georgina Gonçalves Dos Santos • **Vice-Reitor:** Fábio Josué Souza Dos Santos • **Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Danillo Silva Barata • **Coordenação de Cultura e Universidade:** Fabiana Comerlato • **Coordenação de Extensão Universitária:** Maria Da Conceição De Menezes Soglia

**Anjo Negro Selo Editorial**

**Editor:** Danillo Barata • **Editora Executiva:** Iansã Negrão • **Coordenação:** Morgana Miranda • **Revisão:** Joana Rizerio • **Tratamento de Imagem:** Roberto Abreu • **Digitalização dos Textos:** Leandro Sales • **Projeto Gráfico:** Iansã Negrão/ Casa Grida • **Design:** Iansã Negrão, Morgana Miranda & Isabella Coretti • **Produção Executiva:** Robson Oliveira • **Restauração:** Morgana Miranda e Rex

**ISSN 2236-6784**  
**e-ISSN 2764-5878**

---

Permite-se a reprodução das informações publicadas, desde que sejam citadas as fontes

*créditos da edição original*

Projeto de Extensão Pedagógica  
Caderno de Educação do Ilê Aiyê  
**Vol. 10 – Organizações de Resistência Negra**

---

Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê  
Aiyê

**Diretoria**

Hilda Dias dos Santos (Mãe Hilda)

**Presidente:** Antonio Carlos dos Santos Vovô

**Vice Presidente:** Aliomar de Jesus Almeida

Arany Santana Neves Santos • Elizete Matos dos Santos • Hildete Valdevina dos Santos Lima • Jônatas Conceição da Silva • Paulo Raimundo Ferreira Bonfim (*in memorian*) • Osvalrízio do Espírito Santo • Wilson Batista dos Santos • Fernando Ferreira de Andrade Filho • Dário da Páscoa • Edson Tobias de Matos • José Carlos dos Santos • Maria de Lourdes Siqueira • Paulo Cezar da Costa Cerqueira • Vivaldo Benvindo dos Santos • José Antonio Cunha

**Assessores:** Oduvaldo de Jesus Santos •

Roberto dos Santos Rodrigues • Edmilson

Lopes das Neves **Educadores:** Ana Célia da

Silva • Valdina Pinto • Jaime Sodré • Jorge

Conceição • Durvalina Cerqueira • Lindinalva

Barbosa • Graça Onasilê • Jefferson Soares

• Hildelice Benta dos Santos • Jaguaracira

Andrade Santos • Sandro Teles • Marivaldo

Paim • Clemerson Correia • Dayse Barreto •

Elisângela da Hora (Dandha) • Edmilson da

Mota • Eliete Matos dos Santos • Daniela

Pereira Barbosa **Coordenação Pedagógica:**

Jônatas Conceição **Pesquisa de Textos:** Maria

de Lourdes Siqueira • Jônatas Conceição **Capa**

**e Ilustrações:** J. Cunha **Produção:** Via

Direta Comunicação **Diagramação e Editoração:**

Helida Rocha **Impressão:** Venture

End. Rua do Curuzu,  
197, Liberdade  
Salvador • Bahia



**PROEXC** | **UF**<sup>3</sup>**B**  
PROREITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA | Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

**PALMARES**  
FUNDAÇÃO CULTURAL

**MINISTÉRIO DA  
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO**

**GOVERNO FEDERAL**  
**BRASIL**  
**UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**